



**Universidade
Estadual da
Paraíba**

RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/0144/2016

APROVA O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DO CCJ NO CÂMPUS I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE – da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB – no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NO INCISO IV, DO ARTIGO 34 DO ESTATUTO;

CONSIDERANDO o DECRETO FEDERAL N.º 71.022/72, D.O.U. 28/08/1972, que cria o curso de DIREITO - Bacharelado e/ou altera a sua designação;

CONSIDERANDO os termos da RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015, de 27/04/2015, que “APROVA O REGIMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UEPB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em DIREITO - Bacharelado;

CONSIDERANDO os dispositivos da Resolução 086/CEE/2007 e da RESOLUÇÃO 020/CEE/2008, que “DISPÕE SOBRE O RECRENCIAMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

CONSIDERANDO o processo de reflexão e construção do Projeto Pedagógico de Curso – PPC – pelo Núcleo Docente Estruturante e Ata de aprovação pelo Colegiado de Curso;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 09.429/2016;

CONSIDERANDO decisão deste Conselho em reunião realizada em 28/10/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em DIREITO - Bacharelado, do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ, Câmpus I (Campina Grande), da Universidade Estadual da Paraíba.

Parágrafo Único. O Projeto Pedagógico referido no *caput* do artigo, que regulamenta e orienta o processo de formação do curso, encontra-se presente no Anexo I deste documento.

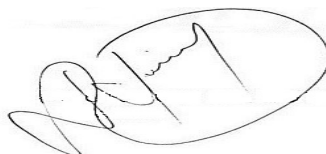
Art. 2º – Estão submetidos ao currículo do Projeto Pedagógico de Curso estabelecido nesta Resolução os estudantes que ingressaram no Curso a partir do semestre

letivo de 2016.2 ou que realizarem a migração.

Art. 3º - Durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados do início de sua vigência, serão vedadas alterações no Projeto Pedagógico de Curso aprovado na presente Resolução, ressalvadas modificações emergenciais, a juízo do CONSEPE, para atender à regulamentação do CEE ou CNE, ou ainda quando for o caso de breves ajustes, devidamente aprovados pelo NDE, Colegiado do Curso e pela PROGRAD, nos termos do Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UEPB.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande (PB), 28 de Outubro de 2016.



Prof. Dr. ANTONIO GUEDES RANGEL JUNIOR
Presidente

- **RESENHA/UEPB/SODS/013/2016. Diário Oficial do Estado, João Pessoa 17 de novembro de 2016. Pág. 4.**